

A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*

Sandra Dias**

O autor do livro, Dany-Robert Dufour, é filósofo, professor de Ciências da Educação na Universidade Paris VIII, diretor de programa no Collège International de Philosophie, publica regularmente ensaios no jornal *Le monde Diplomatique* e na revista *Le Débat* e tem dois dos livros traduzidos *Lacan e o espelho sofístico de Boehme* e *Os mistérios da trindade*.

Trabalhando na interface lingüística, estética e psicanálise, extrai consequências da teoria dos discursos de Jacques Lacan, em particular do quinto discurso, nomeado o discurso do capitalista,¹ um discurso tão astucioso que anda muito bem, anda rápido demais, consome tudo e acabará por consumir a si próprio.

Este capitalismo tardio que vigora na sociedade contemporânea, subjuguando tudo, consome tudo: os recursos, a natureza e até os indivíduos que lhe servem, pois reduzidos ao estado de produtos de consumo. O título do livro indica assim a característica de nova configuração social que “reduz as cabeças”, isto é, reduz as mentes e portanto cria uma nova subjetividade.

Assim, o traço característico da chamada época “pós-moderna”, sociedade “antropofágica” que tudo consome, é a redução das mentes. Para efetivar essa redução de espíritos e instalar-se um novo sujeito, um sujeito “pós-moderno”, o capitalismo operou a destruição do duplo sujeito que teve origem na modernidade, o sujeito crítico (kantiano) e o sujeito neurótico (freudiano) – a que se deve acrescentar também a do sujeito marxiano.

O processo de quebra simultânea do sujeito moderno, o sujeito crítico kantiano, que surgiu nos anos 1800, e o sujeito neurótico de Freud, nascido nos anos 1900, sujeitos instalados em uma posição transcendental e referência para pensar nosso ser-no-mundo, tornam-se agora fluidos assim como o sujeito marxiano, sujeito da ideologia que situava uma referência ideal.

* Dany- Robert Dufour. *A arte de reduzir as cabeças: Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2005).

** Professora Titular do Departamento de Psicodinâmica da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. E-mail: sandra.dias@uol.com.br

¹ Conferência de J. Lacan, pronunciada no Museu da Ciência e da Técnica de Milão, em 3 de fevereiro de 1973, publicado *En Italie Lacan*, Milão, La Salamandra, 1978, pp. 58-77.

Como foi possível a liquidação do sujeito tão rapidamente na sociedade ultraliberal?

Dufour aponta que essa mutação foi possível pela dessimbolização do mundo. O mundo como alteridade radical se opõe ao sujeito, se o mundo como alteridade – o Outro social, se altera, o sujeito também se transforma, pois ele não é causa de si, mas se enlaça e se constitui a partir do Outro. O Social concebido como Outro é uma exterioridade radical em relação ao sujeito, é também o lugar terceiro na fala e também o lugar da lei que antecede o sujeito e na qual ele tem que se engajar para se constituir. O Outro anterior ao sujeito ocupa o lugar do terceiro que nos funda, sendo um sistema simbólico e imaginário. Em sua função imaginária, O Outro se encarna na história através de diferentes figuras: a Natureza, Deus, o Rei, a Phisis, a Razão, o Proletariado, e em sua função simbólica é uma estrutura de ficção que “trabalha na formação dos sujeitos marcando-os com uma marca específica que lhes permite enfrentar a questão jamais definitivamente organizada da origem (Dufour, 2005, p. 37).

Entre o Outro e o sujeito se estabelece uma dialética, na qual o sujeito é tanto sujeição, “subjectus”, como resistência ao Outro. O “sujeito só é sujeito por ser sujeito de um grande Sujeito (ibid., p. 39) e basta declinar no lugar do grande Sujeito ou do Outro que teremos as figuras que estão no centro das diferentes configurações sociais: a Phisis, Deus, Rei, Povo, Mercado. O grande Sujeito da pós-modernidade, a figura do Outro social, é o Mercado, pois na virada neoliberal se constituiu uma sociedade que situa o mundo e todas as relações como mercadorias. Assim, “o triunfo do neoliberalismo trouxe consigo uma alteração do simbólico” (ibid., p. 14), isto é: do Outro. Se o Outro se altera, o sujeito também se transforma, pois esse sujeito desse grande Sujeito – o Outro – é o sujeito que se insere no laço social como sujeito consumidor.

Assim, assistiu-se à destruição do sujeito crítico, neurótico e ideológico, essa morte programada do sujeito concomitante à mutação do capitalismo em sua fase tardia denominada neoliberalismo, ocupado em desfazer todas as formas de trocas que prevaleciam e substituindo-as por um referencial que as avalize o absoluto ou metassocial das trocas, em síntese: na atualidade, a troca mercadológica tende a dessimbolizar o mundo.

Toda figura transcendente que vinha fundar o valor é doravante recusada, há apenas mercadorias que são trocadas em seu estrito valor de mercadorias. Hoje, os homens são solicitados a se livrar de todas as sobrecargas simbólicas que garantiriam suas trocas. O valor simbólico é assim desmantelado em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de modo que nenhuma outra coisa, nenhuma consideração (moral, tradicional,

transcendente, transcendental...) possa constituir um obstáculo à sua livre circulação. Disso resulta uma dessimbolização do mundo. Os homens não devem mais se conciliar com os valores simbólicos transcendentais, eles devem, simplesmente, se submeter ao jogo da circulação infinita e ampliada da mercadoria. (Ibid., p. 13)

Essa mudança radical no jogo das trocas leva a uma verdadeira mutação antropológica porque é aniquilada a garantia simbólica das trocas entre os homens alterando o pacto social e a própria condição humana. Dufour ressalta que nosso ser-no-mundo não pode mais ser o mesmo a partir do momento em se deixa de depender da busca da conciliação com esses valores simbólicos transcendentais que sempre tiveram o papel de fiadores da vida humana em sociedade, mas fica-se vinculado à capacidade de se adaptar aos fluxos sempre instáveis da circulação da mercadoria

Essa nova ideologia, em relação às anteriores, não começou visando ao homem diretamente, por meio de programas de reeducação e de coerção, ela apenas introduziu um novo estatuto do objeto, definido como simples mercadoria, esperando que o resto viesse na seqüência: que os homens se transformassem no momento de sua adaptação à mercadoria, promovida desde então como a única coisa real. Os homens não devem se conciliar com valores simbólicos transcendentais: devem se submeter ao jogo da circulação infinita e ampliada da mercadoria.

Nessa nova economia de mercado, tudo é vendável, tudo tem um preço, inclusive o próprio sujeito, pois reduzido a mercadoria, o que leva o autor a situá-lo como um sujeito “esquizóide” no modelo deleuziano. O novo adestramento do ser humano efetua-se em nome de um “real” (a mercadoria) que é melhor acatar com resignação do que se opor, onde não convém mais o sujeito crítico antecipando uma deliberação conduzida em nome do imperativo moral da liberdade, nem tampouco o sujeito neurótico tomado de uma culpabilidade compulsiva; o que se exige agora é um sujeito precário, acrítico e psicotizante, um sujeito aberto a todas as conexões comerciais e a todas as flutuações identitárias.

Nessa nova sociedade, de economia neoliberal, o trabalho não é mais a base da produção do valor. O capital não é mais essencialmente constituído pela mais-valia (Mehrwert, em Marx) originada da superprodução apropriada no processo de exploração do proletário. O capital aposta cada vez mais nas atividades de alto valor agregado (pesquisa, engenharia genética, Internet, informática, mídia...), que dispensam em grande parte o trabalho assalariado, e centra-se numa economia virtual que consiste, essencialmente, em criar muito dinheiro com quase nada, vendendo muito caro o que ainda não existe, o que

já não existe ou o que pura e simplesmente não existe, correndo o risco de criar impérios de papel prontos a desabar de modo brutal.

O capitalismo atual não se interessa mais só pelos bens e por sua capitalização, não se contenta mais com um controle social dos corpos, mas visa também, sob a aparência de liberdade, a uma profunda reestruturação das mentes. Tudo deve entrar no mundo da mercadoria, todas as regiões e todas as atividades do mundo, inclusive os mecanismos de subjetivação, e para isso ele aposta cada vez mais na desinstitucionalização. Ele busca destruir a dependência simbólica indispensável à formação humana e à vida em sociedade, restando apenas as relações de força e o excesso de violência.

Dufour indica que o ser humano vive constantemente sob duas formas de domínio: a dominação política ou social tal como definida por Marx (o conjunto de meios pelo qual um grupo exerce poder sobre outros e pelo qual ele dissimula seus próprios interesses a fim de manter a dominação) e a dominação simbólica ou semiótica. Ele ressalta que, da primeira, o homem pode escapar, no entanto, ele não pode escapar da segunda, sob pena de se perder totalmente. Dessa forma, a revolta contra as instituições fortaleceu o capitalismo, pois a idéia de que “toda ação pedagógica é uma forma de exercício de poder” ou de que “a cultura é uma forma de repressão, de alienação” acabaram por provocar uma fratura na relação do sujeito com as diferentes modalidades em que o Outro social se encarnava: o país, a família e a pátria, enfim todo e qualquer Ideal, toda e qualquer narrativa (religiosa, estado-nação, povo trabalhador) e a relação com os grandes textos fundadores.

O sujeito moderno que, para viver na cultura, tinha muitas vezes que renunciar ao desejo, foi substituído por subjetividades, o que pode ser considerado mais libertário e menos controlável pelas ainda existentes instituições de poder. Mas decaído de sua faculdade de juízo, impelido a gozar sem entrave e não mais se referindo a nenhum valor absoluto ou transcendente, o novo “homem novo” é mais um produto da “arte de reduzir as cabeças”, do que uma subjetivação em sua afirmação criadora e transformadora de si e do mundo. Pois a democracia liberal dialógica apenas produziu um novo sujeito, um *subjetus* – o submisso agora ao Mercado, o grande Outro da pós-modernidade (Dufour, 2005, p. 27).

O Outro da pós-modernidade – o Mercado – se utiliza de práticas, verdadeiras práticas de socialização que mantêm uma verdadeira servidão voluntária através do fetichismo da mercadoria presente nas presentes práticas discursivas que norteiam a relação entre os *socius*. O mercado cria tanto a falta (pseudofalta) como também o objeto que ilusoriamente a tampona, operando uma dissolução permanente desse próprio objeto de consumo que apresenta como a solução para todo mal. Essa demanda aparece como um estado de contínua solicitação, exasperação,

ênfase; uma vez que o objeto é sempre descartado quando não está mais na moda; é uma demanda desenganchada da dialética do desejo porque é o objeto que mostra o que falta ao sujeito e não a falta do sujeito que o dirige ao objeto (segundo a metonímia do desejo). O sujeito contemporâneo não vai ao *shopping center* para buscar o que lhe falta, mas vai ao *shopping center* para saber o que lhe falta.

Dufour sublinha que o *Homo sapiens* está sendo transformado pela indústria cultural em *Homo zapiens*, referindo-se ao hábito de “zapear” a TV com o uso do controle remoto, no qual tanto as crianças como os adultos permanecem longas horas do dia, e está transformando a humanidade num bando de carneiros, cuja única capacidade é consumir.

Por essa lógica, ser cidadão é ser consumidor e ser sujeito é ser feliz, isto é: poder ter tudo que sua vontade aspira, num equívoco que a satisfação da demanda equivale a do desejo. O autor baliza suas conclusões retomando a tese do mal-estar na civilização de Freud, postulando que na sociedade atual há um só mal-estar na civilização: o discurso capitalista, porque essa nova modalidade de gozo apresentada aos sujeitos na sociedade contemporânea rejeita a castração e a eleição forçada do sujeito do inconsciente, constituindo uma subjetividade absoluta, que se impõe como vontade no mundo, sem que nada que a limite, nem nada que a divida em sua verdade.

Por conseguinte, verifica-se na pós-modernidade uma excessiva presença do objeto, o poder do objeto de consumo que enlouquece e impede o sujeito de realização simbólica de toda e qualquer falta e implica a redução do laço social à ideologia narcisista que prescreve um estatuto isolado, monádico, fechado sobre si mesmo do sujeito. Daí os novos sintomas, práticas pulsionais fora do regime significante: as toxicomanias, as bulimias, as depressões, puras técnicas de gozo que, ao incidirem no plano das relações sociais, produzem o fenômeno da segregação, do racismo e da violência, que aumentam vertiginosamente de acordo com a aceleração do consumo.